



**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**  
**Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º andar –**  
**Brasília – DF – CEP: 70.308-200 Telefones: (61) 2027-3213 / (61) 2027-3981**  
**E-mail: [conade@mdh.gov.br](mailto:conade@mdh.gov.br)**

**Ata da 137ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)**

**Data:** 09/04/2023 a 10/04/2024

1 Nos dias nove e dez de abril de dois mil e vinte e quatro, foi realizada a 137ª Reunião Ordinária do  
2 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), sob a Coordenação da  
3 Conselheira Titular Anna Paula Feminella, Presidente do CONADE e representante do Ministério  
4 dos Direitos Humanos e Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência  
5 (MDHC/SNDPD). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros/as Titulares e Suplentes – Dia  
6 09/04/2024 - Manhã: Titular Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional  
7 das APAEs (FENAPAES); Conselheira Suplente Angela Maria Bezerra de Sousa Bezerra,  
8 Representante da Retina Brasil (RETINA BRASIL); Conselheiro Suplente Carlos Henrique Viana,  
9 Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI);  
10 Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho Federal de Engenharia e  
11 Agronomia (CONFEA); Conselheira Suplente Deusina Lopes da Cruz, Representante do Ministério  
12 do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome/Secretaria Nacional de  
13 Assistência Social (MDS/SNAS); Conselheira Titular Indyara de Araujo Moraes, Representante da  
14 Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheira Jô Nunes, Representante da  
15 Associação Brasileira de Síndrome de Williams (ABSW); Conselheiro Suplente José Antônio  
16 Ferreira Freire, Representante da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais  
17 (CBDV); Conselheira Suplente Laudeci Vieira dos Santos, Representante da Federação Brasileira  
18 das Associações de Doenças Raras (FEBRARARAS); Conselheira Suplente Lucimara Rosana  
19 Cardozo, Representante do Ministério das Mulheres (MMULHERES); Conselheira Titular Marcia  
20 Adão, Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Conselheira Titular Maria Cecília

21 Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Representante da Associação dos Familiares, Amigos e  
22 Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheiro Titular Milton Pereira de Carvalho Filho,  
23 Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Conselheiro Titular  
24 Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com  
25 Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheiro Suplente  
26 Sandro Eli Malcher de Alencar, Representante da Casa Civil da Presidência da República (CC);  
27 Conselheira Suplente Shirlei Correa Rodrigues, Representante do Ministério da Cultura (MinC);  
28 Conselheira Suplente Telma Maria Viga de Albuquerque, Representante da Associação Brasileira  
29 de Autismo (ABRA); Conselheiro Suplente Wagner Gonçalves Saltorato, Representante da  
30 Federação Nacional das APAEs (FENAPAES). Ausências justificadas – Dia 09/04/2024 – Manhã:  
31 Conselheiro Titular Alexandre Euzébio de Moraes, Representante do Ministério dos Transportes  
32 (MT); Conselheira Suplente Amanda Ivens Mina Arruda de Carvalho, Representante do Ministério  
33 das Cidades (MCID); Conselheiro Titular Antoine Souheil Daher, Representante da Federação  
34 Brasileira das Associações de Doenças Raras (FEBRARARAS); Conselheiro Arthur de Almeida  
35 Medeiros, Representante do Ministério da Saúde (MS); Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari,  
36 Representante da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV);  
37 Conselheiro Titular Cesar Ackar Magalhães, Representante da Retina Brasil (RETINA BRASIL);  
38 Conselheira Suplente Danielle Galdino Solouki, Representante do Ministério da Justiça e Segurança  
39 Pública (MJSP); Conselheira Titular Isadora Carvalho de Oliveira, Representante do Ministério dos  
40 Direitos Humanos e da Cidadania/Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano  
41 (MDHC/SNPDH); Conselheiro Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito, Representante da Federação  
42 Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Conselheira Titular Maria do Carmo  
43 Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheiro Titular  
44 Paulo Rogério Tadros, Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e  
45 Turismo (CNC); Conselheiro Titular Rafael Faria Guiger, Representante do Ministério do Trabalho  
46 e Emprego (MTE); Conselheiro Suplente Victor da Silva Aquino, Representante da Associação  
47 Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheiro Suplente Wallace Dias Freitas,  
48 Representante do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à  
49 Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social (MDS/SNAS). Observadores: Camila Tapia,  
50 Representante do Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência de São Paulo  
51 (CEAPcD); Hiderlan Matão Bonfim, Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa

52 com Deficiência (COEDE/RR); Letícia Peres Farias Françoso, Representante do Conselho Estadual  
53 para Assuntos da Pessoa com Deficiência de São Paulo (CEAPcD); Maycon Kennedy Barbosa,  
54 Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE/RR); Pedro  
55 de A. Maranhão, Representante do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCMGO); Valnice  
56 Lopes, Representante do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCMGO). Acompanhantes:  
57 Décio Gomes Santiago Filho (FCD); Icaro de Souza Freire (CBDV); Nerize Ferreira da Silva  
58 (ONEDEF). Dia 09/04/2024 – Tarde: Conselheiro Adinilson Marins dos Santos, Representante da  
59 Federação Nacional das APAEs (FENAPAES); Conselheira Titular Aline Vasconcelos Zeymer,  
60 Representante do Ministério da Cultura (MinC); Conselheira Suplente Angela Maria de Sousa  
61 Bezerra, Representante da Retina Brasil (RETINA BRASIL); Conselheiro Suplente Carlos  
62 Henrique Viana, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi  
63 (FENAPESTALOZZI); Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho Federal  
64 de Engenharia e Agronomia (CONFEA); Conselheiro Titular Décio Gomes Santiago, Representante  
65 da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência do Brasil (FCD/BR); Conselheira Suplente  
66 Deusina Lopes da Cruz, Representante do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social,  
67 Família e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social (MDS/SNAS); Conselheiro  
68 Titular Geziel Bezerra da Silva, Representante da Organização Nacional de Entidades de Pessoas  
69 com Deficiência Física (ONEDEF); Conselheira Titular Indyara de Araujo Morais, Representante  
70 da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheiro Titular Joelson Costa Dias,  
71 Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conselheira Titular Jô Nunes,  
72 Representante da Associação Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW); Conselheira Suplente  
73 Laudeci Vieira dos Santos, Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças  
74 Raras (FEBRARARAS); Conselheira Suplente Lucimara Rosana Cardozo, Representante do  
75 Ministério das Mulheres (MMULHERES); Conselheiro Titular Magno Prado Gama Prates,  
76 Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheira  
77 Titular Marcia Adão, Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Conselheira Titular  
78 Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Representante da Associação dos Familiares,  
79 Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale Tiné,  
80 Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do  
81 Banco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheira Suplente Telma Maria Viga de  
82 Albuquerque, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheiro Suplente

83 Wagner Gonçalves Saltorato, Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES).  
84 Ausências justificadas – Dia 09/04/2024 – Tarde: Conselheiro Titular Alexandre Euzébio de  
85 Moraes, Representante do Ministério dos Transportes (MT); Conselheira Suplente Amanda Ivens  
86 Mina Arruda de Carvalho, Representante do Ministério das Cidades (MCID); Conselheiro Titular  
87 Antoine Souheil Daher, Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras  
88 (FEBRARARAS); Conselheiro Titular Arthur de Almeida Medeiros, Representante do Ministério  
89 da Saúde (MS); Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari, Representante da Confederação  
90 Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Titular Cesar Ackar  
91 Magalhães, Representante da Retina Brasil (RETINA BRASIL); Conselheiro Suplente Clóvis  
92 Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheira  
93 Suplente Danielle Galdino Solouki, Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública  
94 (MJSP); Conselheira Suplente Denise Maria Rodrigues Costa, Representante do Ministério da  
95 Saúde (MS); Conselheira Titular Isadora Carvalho de Oliveira, Representante do Ministério dos  
96 Direitos Humanos e da Cidadania/Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano  
97 (MDHC/SNPDH); Conselheiro Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito, Representante da Federação  
98 Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Conselheiro Titular Marcio Castro  
99 Aguiar, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conselheira Titular Maria do  
100 Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheiro  
101 Titular Milton Pereira de Carvalho Filho, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e  
102 Inovação (MCTI); Conselheira Titular Nayara Karin Falção de Oliveira, Representante do  
103 Ministério da Economia (ME); Conselheiro Suplente Orion Sávio Santos de Oliveira, Representante  
104 do Ministério da Previdência Social (MPS); Conselheiro Titular Paulo Rogério Tadros,  
105 Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);  
106 Conselheiro Titular Rafael Faria Guiger, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego  
107 (MTE); Conselheiro Suplente Wallace Dias Freitas, Representante do Ministério do  
108 Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome/Secretaria Nacional de  
109 Assistência Social (MDS/SNAS). Observadores: Claudionor Araújo, Representante do Conselho  
110 Estadual da Pessoa com Deficiência (CEDPD/PA); Erenice Natalia S. de Camelo, Representante do  
111 Conselho de Educação do DF; Fernando Borges, Representante do Conselho Estadual da Pessoa  
112 com Deficiência (CEDPD/PA); Giovanna Brandão, Representante da Federação Nacional das  
113 Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Hiderlan Matão Bonfim, Representante do

114 Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE/RR); Josiane Pereira Torres,  
115 Representante do Ministério da Educação (MEC); Maurício Gideon, Representante da Federação  
116 Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD); Maycon Kennedy Barbosa,  
117 Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE/RR); Olga  
118 Freitas, Representante do Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada,  
119 Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (MEC/SECADI); Pedro de A.  
120 Maranhão, Representante do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCMGO); Sueli Farias  
121 Nunes, Representante do Ministério da Educação (MEC); Valnice Lopes, Representante do Tribunal  
122 de Contas dos Municípios de Goiás (TCMGO). Acompanhantes: Décio Gomes Santiago Filho  
123 (FCD); Icaro de Souza Freire (CBDV); Nerize Ferreira da Silva (ONEDEF). Estiveram presentes os  
124 seguintes Conselheiros/as Titulares e Suplentes – Dia 10/04/2024 - Manhã: Titular Adinilson  
125 Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES); Conselheira  
126 Titular Adriana Nemer Afonso, Representante do Ministério das Cidades (MCID); Conselheira  
127 Suplente Angela Maria Bezerra de Sousa Bezerra, Representante da Retina Brasil (RETINA  
128 BRASIL); Conselheiro Suplente Carlos Henrique Viana, Representante da Federação Nacional das  
129 Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Conselheiro Titular Daniel Faganello,  
130 Representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA); Conselheiro Titular  
131 Décio Gomes Santiago, Representante da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência do Brasil  
132 (FCD/BR); Conselheiro Suplente Francisco Djalma de Oliveira, Representante da Associação de  
133 Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade  
134 (APABB); Conselheiro Titular Geziel Bezerra da Silva, Representante da Organização Nacional de  
135 Entidades de Pessoas com Deficiência Física (ONEDEF); Conselheira Titular Indyara de Araujo  
136 Moraes, Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheiro  
137 Titular Joelson Costa Dias, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conselheira  
138 Jô Nunes, Representante da Associação Brasileira de Síndrome de Williams (ABSW); Conselheira  
139 Suplente Laudeci Vieira dos Santos, Representante da Federação Brasileira das Associações de  
140 Doenças Raras (FEBRARARAS); Conselheiro Titular Magno Prado Gama Prates, Representante da  
141 Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheira Titular Maria  
142 Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Representante da Associação dos Familiares, Amigos  
143 e Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheira Titular Marluce de Oliveira Conceição,  
144 Representante da Associação Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW); Conselheira Titular

145 Nayara Karin Falção de Oliveira, Representante do Ministério da Economia (ME); Conselheiro  
146 Suplente Rodrigo Moreles Canez, Representante do Ministério do Turismo (MTur); Conselheiro  
147 Titular Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com  
148 Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheira Suplente  
149 Shirlei Correa Rodrigues, Representante do Ministério da Cultura (MinC); Conselheira Suplente  
150 Telma Maria Viga de Albuquerque, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA);  
151 Conselheiro Suplente Wagner Gonçalves Saltorato, Representante da Federação Nacional das  
152 APAEs (FENAPAES). Ausências justificadas – Dia 10/04/2024 – Manhã: Conselheiro Titular  
153 Alexandre Euzébio de Moraes, Representante do Ministério dos Transportes (MT); Conselheira  
154 Suplente Amanda Ivens Mina Arruda de Carvalho, Representante do Ministério das Cidades  
155 (MCID); Conselheiro Titular Antoine Souheil Daher, Representante da Federação Brasileira das  
156 Associações de Doenças Raras (FEBRARARAS); Conselheiro Titular Arthur de Almeida  
157 Medeiros, Representante do Ministério da Saúde (MS); Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari,  
158 Representante da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV);  
159 Conselheiro Titular Cesar Ackar Magalhães, Representante da Retina Brasil (RETINA BRASIL);  
160 Conselheiro Suplente Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do  
161 Brasil (ONCB); Conselheira Suplente Danielle Galdino Solouki, Representante do Ministério da  
162 Justiça e Segurança Pública (MJSP); Conselheira Titular Isadora Carvalho de Oliveira,  
163 Representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania/Secretaria Nacional de  
164 Promoção do Desenvolvimento Humano (MDHC/SNPDH); Conselheiro Titular Jonas Pontes de  
165 Oliveira Brito, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi  
166 (FENAPESTALOZZI); Conselheiro Titular Marcio Castro Aguiar, Representante da Ordem dos  
167 Advogados do Brasil (OAB); Conselheira Titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante  
168 da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheiro Suplente Orion Sávio Santos de  
169 Oliveira, Representante do Ministério da Previdência Social (MPS); Conselheiro Titular Paulo  
170 Rogério Tadros, Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e  
171 Turismo (CNC); Conselheiro Titular Rafael Faria Guiger, Representante do Ministério do Trabalho  
172 e Emprego (MTE); Conselheiro Suplente Victor da Silva Aquino, Representante da Associação  
173 Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheiro Suplente Wallace Dias Freitas,  
174 Representante do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à  
175 Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social (MDS/SNAS). Observadores: Camila Tapia,

176 Representante do Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência de São Paulo  
177 (CEAPcD); Claudionor Araújo, Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com  
178 Deficiência (COEDE/RR); Fernando Borges, Representante do Conselho Estadual dos Direitos da  
179 Pessoa com Deficiência (COEDE/RR); Hiderlan Matão Bonfim, Representante do Conselho  
180 Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE/RR); Letícia Peres Farias Franço,so,  
181 Representante do Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência de São Paulo  
182 (CEAPcD); Marquinho Lang, Representante da FADERS Acessibilidade e Inclusão; Maycon  
183 Kennedy Barbosa, Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência  
184 (COEDE/RR); Pedro de A. Maranhão, Representante do Tribunal de Contas dos Municípios de  
185 Goiás (TCMGO); Romário Cruz, Representante da FADERS Acessibilidade e Inclusão; Valnice  
186 Lopes, Representante do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCMGO). Convidados:  
187 Alexandre Mapurunga, Diretor de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva do  
188 Ministério da Educação (MEC); Claudionor Araújo, Representante do Conselho Estadual dos  
189 Direitos da Pessoa com Deficiência do Pará; Diogo Silveira, Representante do Tribunal Superior  
190 Eleitoral; Fernando Borges, Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com  
191 Deficiência do Pará; Hugo, Secretaria-Executiva; Isaías, Representante da Central Única dos  
192 Trabalhadores; Jonathas Duarte, Representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;  
193 Juliana Sesconetto, Representante do Tribunal Superior Eleitoral; Laís Campelo, Representante do  
194 Ministério do Turismo; Suely Melo, Representante do Conselho Nacional de Educação; Thyanne  
195 Fonseca P. Soares, Representante do Tribunal Superior Eleitoral. Acompanhantes: Décio Gomes  
196 Santiago Filho (FCD); Icaro de Souza Freire (CBDV); Naira Rodrigues Gaspar, Representante do  
197 Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC); Nerize Ferreira da Silva (ONEDEF).  
198 Dia 10/04/2024 – Tarde: Conselheira Titular Adriana Nemer Afonso, Representante do Ministério  
199 das Cidades (MCID); Conselheira Suplente Angela Maria Bezerra de Sousa Bezerra, Representante  
200 da Retina Brasil (RETINA BRASIL); Conselheiro Suplente Carlos Henrique Viana, Representante  
201 da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Conselheiro Titular  
202 Daniel Faganello, Representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA);  
203 Conselheiro Titular Décio Gomes Santiago, Representante da Fraternidade Cristã de Pessoas com  
204 Deficiência do Brasil (FCD/BR); Conselheiro Titular Geziel Bezerra da Silva, Representante da  
205 Organização Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência Física (ONEDEF); Conselheira  
206 Titular Indyara de Araujo Morais, Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva

207 (ABRASCO); Conselheiro Titular Joelson Costa Dias, Representante da Ordem dos Advogados do  
208 Brasil (OAB); Conselheira Jô Nunes, Representante da Associação Brasileira de Síndrome de  
209 Williams (ABSW); Conselheiro Titular Magno Prado Gama Prates, Representante da Federação  
210 Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheira Titular Maria Cecília Jorge  
211 Branco Martiniano de Oliveira, Representante da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores  
212 de Doenças Graves (AFAG); Conselheiro Titular Milton Pereira de Carvalho Filho, Representante  
213 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Conselheiro Titular Roberto Paulo do  
214 Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de  
215 Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheira Suplente Shirlei Correa  
216 Rodrigues, Representante do Ministério da Cultura (MinC); Conselheira Suplente Telma Maria  
217 Viga de Albuquerque, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheiro  
218 Suplente Wagner Gonçalves Saltorato, Representante da Federação Nacional das APAEs  
219 (FENAPAES). Ausências justificadas – Dia 10/04/2024 – Tarde: Conselheiro Titular Alexandre  
220 Euzébio de Moraes, Representante do Ministério dos Transportes (MT); Conselheira Suplente  
221 Amanda Ivens Mina Arruda de Carvalho, Representante do Ministério das Cidades (MCID);  
222 Conselheiro Titular Antoine Souheil Daher, Representante da Federação Brasileira das Associações  
223 de Doenças Raras (FEBRARARAS); Conselheiro Suplente Antonio José do Nascimento Ferreira,  
224 Representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos  
225 da Pessoa com Deficiência (MDHC/SNDPD); Conselheiro Titular Arthur de Almeida Medeiros,  
226 Representante do Ministério da Saúde (MS); Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari,  
227 Representante da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV);  
228 Conselheiro Titular Cesar Ackar Magalhães, Representante da Retina Brasil (RETINA BRASIL);  
229 Conselheira Suplente Cintia Bastos Bemerguy, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego  
230 (MTE); Conselheiro Suplente Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de  
231 Cegos do Brasil (ONCB); Conselheira Suplente Danielle Galdino Solouki, Representante do  
232 Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Conselheira Suplente Deusina Lopes da Cruz,  
233 Representante do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à  
234 Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social (MDS/SNAS); Conselheira Titular Isadora  
235 Carvalho de Oliveira, Representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania/Secretaria  
236 Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano (MDHC/SNPDH); Conselheiro Titular Jonas  
237 Pontes de Oliveira Brito, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi



238 (FENAPESTALOZZI); Conselheira Titular Marcia Adão, Representante da União Geral dos  
239 Trabalhadores (UGT); Conselheiro Titular Marcio Castro Aguiar, Representante da Ordem dos  
240 Advogados do Brasil (OAB); Conselheira Titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante  
241 da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheira Titular Nayara Karin Falção de  
242 Oliveira, Representante do Ministério da Economia (ME); Conselheiro Suplente Orion Sávio Santos  
243 de Oliveira, Representante do Ministério da Previdência Social (MPS); Conselheiro Titular Paulo  
244 Rogério Tadros, Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e  
245 Turismo (CNC); Conselheiro Titular Rafael Faria Guiger, Representante do Ministério do Trabalho  
246 e Emprego (MTE); Conselheiro Suplente Victor da Silva Aquino, Representante da Associação  
247 Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheiro Suplente Wallace Dias Freitas,  
248 Representante do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à  
249 Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social (MDS/SNAS). Observadores: Elisangela Sousa,  
250 Representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Maycon Kennedy Barbosa,  
251 Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE/RR);  
252 Michelle Machado, Representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência  
253 (SNDPD); Pedro de A. Maranhão, Representante do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás  
254 (TCMGO); Valnice Lopes, Representante do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás  
255 (TCMGO). Acompanhantes: Décio Gomes Santiago Filho (FCD); Icaro de Souza Freire (CBDV);  
256 Nerize Ferreira da Silva (ONEDEF).

257

258 **ABERTURA 09/04/2024:** A Presidente Ana Paula Feminella iniciou a reunião cumprimentando a  
259 todos. Em seguida, o quórum foi verificado. A Presidente Ana Paula Feminella informou a pauta  
260 composta por: Dia 08/04/2024: 09h – Reunião da Presidência Ampliada; 10h – Reunião da  
261 Comissão Técnico Científico e da Comissão de Infraestrutura da V Conferência Nacional; 12h –  
262 Almoço; 14h – Reunião das Comissões; 18h – Encerramento. Dia 09/04/2024: 09h - Instalação do  
263 Plenário; 09h15 – Aprovação da Pauta e da Ata; 9h30 - Apresentação do Relatório da Comissão de  
264 Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP; 10h - Apresentação do  
265 Relatório da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da Convenção sobre os Direitos da  
266 Pessoa com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão – CMC; 10h30 - Apresentação do Relatório  
267 da Comissão de Comunicação Social – CCS; 11h - Apresentação do Relatório da Comissão de  
268 Articulação de Conselhos – CAC; 11h30 - Apresentação do Relatório da Comissão de Orçamento e

269 Finanças Públicas – COF; 12h – Almoço; 14h - Instalação do Plenário; 14h30 - Apresentação do  
270 Relatório da Comissão de Políticas Públicas – CPP; 15h - Apresentação dos relatórios das  
271 comissões da V conferência; 15h30 - Discussão sobre os Pareceres 50 e 51/2023 do CNE Convidar  
272 CNE e MEC; 17h – Encerramento. Dia 10/04/2024: 09h - Instalação do Plenário; 09h30 -  
273 Acessibilidade do aplicativo da Justiça Eleitoral; 10h30 – Praia acessível; 11h - Viver sem Limite;  
274 12h – Almoço; 14h - Instalação do Plenário; 14h15 - Planejamento da SNDPD – 2024; 15h -  
275 Avaliação Unificada da Deficiência; 17h – Encaminhamentos; 18h – Encerramento. Sugeriu a  
276 inverão de horário da Apresentação do Relatório da Comissão de Políticas Públicas pelo horário da  
277 Apresentação dos relatórios das comissões da V conferência, para que no período vespertino seja  
278 realizado a apresentação das comissões da conferência. Todos concordaram. Ressaltou que a  
279 Discussão sobre os Pareceres 50 e 51/2023 do CNE iniciará às 15:00. Referente a agenda do  
280 Conselho Nacional de Educação (CNE), a Presidente Ana Paula Feminella noticiou que o  
281 presidente do CNE não possui agenda disponível e não indicou um representante. Iniciada a  
282 votação, a pauta foi aprovada por unanimidade. Iniciados os informes, a Conselheira Telma Maria  
283 Viga de Albuquerque lembrou que o dia 02 de abril é o Dia Mundial da Conscientização do  
284 Autismo. Salientou que as famílias sofrem muito, que o autismo é discutido há muito tempo, a  
285 Associação Brasileira de Autismo (ABRA) completará 40 anos. Citou a lei nº 12.764/2012, que  
286 garante os direitos da pessoa com autismo. Discorreu que existem mais de dois milhões de famílias  
287 no Brasil e lembrou que o primeiro congresso nacional de autismo ocorreu em Brasília. A  
288 Conselheira Deusina Lopes da Cruz recordou o seu histórico no governo e declarou que deseja que  
289 as políticas sejam evoluídas. A Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra afirmou que o mês de  
290 abril é também destinado ao abril marrom, para a prevenção e combate aos diversos tipos de  
291 cegueira. Asseverou que erros de refração, catarata e retinopatia diabética são as doenças que mais  
292 causam cegueira no país. Declarou que o Senado foi iluminado na cor marrom ontem e será  
293 iluminado hoje para homenagear. O Conselheiro Daniel Faganello relatou a participação na  
294 Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Rio Grande do Sul no final de  
295 março, parabenizou a conferência e os participantes. A Presidente Ana Paula Feminella salientou a  
296 importância de ter dias com marcas de visibilidade, da defesa as pessoas com autismo, reconhecer  
297 as especificidades e ter políticas públicas para o assunto. Lembrou que será discutido o parecer nº  
298 50, sobre a educação para a pessoa autista. Reforçou que a secretaria é um espaço de diálogo e  
299 reconhecimento da legitimidade da luta de familiares e participação. O Conselheiro Wagner

300 Gonçalves Saltorato cientificou que esse mês é dedicado ao autismo, asseverou que as mães são  
301 resilientes, pois a luta anticapacitista é árdua e que apoiam as famílias com pessoas com autismo.  
302 Os convidados se apresentaram. Com a palavra, o Sr. Pedro de A. Maranhão comunicou que a  
303 conferência estadual de Goiás ocorrerá nos próximos dias 12, 13 e 14 em Goiânia. O Conselheiro  
304 Décio Gomes Santiago noticiou que a atleta paralímpica Joana Maria Jaciara da Silva Neves  
305 Euzébio faleceu e solicitou, pelos conselhos estaduais do Rio Grande do Norte e de São Paulo um  
306 minuto de silêncio. Em seguida, passou-se para a Apresentação do Relatório da Comissão de Defesa  
307 e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP. A Conselheira Maria Cecília Jorge  
308 Branco Martiniano de Oliveira anunciou que a comissão se reunirá as segundas-feiras às 09:00.  
309 Citou os participantes e comunicou que foi discutido um processo em que foi solicitado prova  
310 adaptada. Diante do exposto, relatou que foi verificado a necessidade de requerer uma solicitação  
311 prévia informando o tipo de adaptação e que o solicitante não indicou se o requisito foi cumprido,  
312 portanto, foi sugerido o arquivamento do processo. Na sequência, relatou o caso de um denunciante  
313 com deficiência visual não conseguiu validar a exigência do sistema do título de eleitor para alterar  
314 o endereço. Acrescentou que a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos não atendeu e cientificou  
315 como encaminhamentos: enviar ao disque denúncia para informar ao conselho os motivos da recusa  
316 do registro da denúncia realizada pelo requerente e quais as providências serão tomadas para suprir  
317 a falha de utilização do aplicativo para pessoas com deficiência visual, para o Tribunal Regional do  
318 Piauí, Tribunal Superior Eleitoral e o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do  
319 Estado do Piauí, relatando o caso e solicitando o envio das providências que serão efetuadas e os  
320 encaminhamentos para suprir a falha de utilização do aplicativo para pessoas com deficiência  
321 visual, com prazo de 15 a 30 dias e o monitoramento dos desdobramentos pelo Conade. Discorreu  
322 que foi apresentado um caso de uma acadêmica de direito que alega problemas com a continuidade  
323 do seu curso, dificuldade de acessibilidade, de cumprimento dos prazos e acompanhamento das  
324 disciplinas, o que não foi comprovado pela requerente. Afirmou que foi observado a concessão dos  
325 professores da ampliação do prazo e de explicação detalhada proporcionando meios adequados.  
326 Perante o exposto, não foi vislumbrado caso de violação de direitos e o processo foi arquivado. A  
327 Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra ponderou que existem barreiras no aplicativo do título  
328 eleitoral, que é necessário regulamentar o artigo nº 63 da LDI, validar os portais para as pessoas  
329 com deficiência, pois existem muitos portais que não tem atalho para pessoas com baixa visão e,  
330 por esse motivo estão dialogando com o ministério para melhorar essa questão. Questionou quais

331 doenças a acadêmica informou, a universidade e se a instituição é pública ou privada. Foi  
332 respondido que a denunciante tem fibromialgia e transtorno do déficit de atenção com  
333 hiperatividade (TDAH), que se trata de uma universidade privada e que as barreiras foram supridas,  
334 pois foram fornecidos prazos. Foi sugerido o debate do assunto após a leitura do relatório. Foi  
335 concordado. A Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra explanou que o caso da acadêmica foi  
336 apresentado pela Conselheira Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, o que foi  
337 arquivado com o seguinte despacho: *“Trata-se de uma acadêmica de direito que alega que tem*  
338 *problemas para a continuidade do curso. Relata a falta de acessibilidade e dificuldade para o*  
339 *cumprimento dos prazos para a entrega dos trabalhos e acompanhamento das matérias. Fato estes*  
340 *que não foram devidamente comprovados pela documentação encaminhada pela própria*  
341 *requerente. Ao contrário, observa até mesmo a possibilidade concedida pelos professores em*  
342 *dilação de prazos e explicações para a ora requerente, proporcionando meios adequados*  
343 *necessários para que a aluna possa conseguir ter êxito em sua jornada. Dito isso, não vislumbro*  
344 *nenhuma violação do direito, portanto determino o arquivamento do presente processo”*. Ato  
345 seguinte, relatou que foi apresentado um processo sobre uma vítima com ferimento por arma de  
346 fogo, que foi ao hospital e não foi possível ouvi-la. Adicionou que a profissional preconiza o dever  
347 de informar aos órgãos competentes e foi arquivado. Além disso, informou que foi arquivado  
348 processo de homem que possui distúrbio mental e desferiu golpes de faca em si próprio e de  
349 exercício ilegal de medicina no Amazonas. Acrescentou que será verificada a possibilidade da  
350 realização de uma reunião extraordinária antes da reunião do Conade e após a conferência nacional  
351 da pessoa com deficiência. Aberta a inscrição de fala, foi sugerido que o tema do relatório do  
352 e-Título seja discutido amanhã com a apresentação. A Conselheira Deusina Lopes da Cruz alegou  
353 que as pessoas que denunciaram ao Conade têm direito de falar e solicitou que o Conade seja um  
354 espaço de escuta. Foi explicado que é executada uma análise minuciosa em cada caso e que, no  
355 tocante aos hospitais, as situações são reportadas a outros órgãos e o Conade acompanha. Com  
356 relação a falta de acessibilidade, alegou que houve um parecer resumido por causa da análise de  
357 vários documentos e do sigilo e apresentar os documentos na reunião se torna inviável. Sobre o caso  
358 do médico, o Conselheiro Adinilson Marins dos Santos explicou que a pessoa não tinha a formação  
359 e responderá pelo exercício ilegal da medicina. Foi solicitado que o Conade repense em como lidar  
360 com as falas do externo e colocar sobre a solidarização. Foi destacado que o médico foi denunciado  
361 e foi encaminhado para o Conade apenas para cumprimento da lei. A Sra. Giovanna Brandão

362 enfatizou que as denúncias não são enviadas somente ao Conade e quando não é relacionada ao  
363 Conade, é destinada aos órgãos relacionados. Salientou que a comissão de comunicação pode  
364 implantar uma estratégia para expor as funções do Conade. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale  
365 Tiné argumentou que o relatório é utilizado para submeter ao conselho, publicizar o trabalho e o  
366 plenário possui autonomia para alterar o relatório para apresentar e votar novamente. A Conselheira  
367 Indyara de Araujo Moraes indagou se a comissão considerou a NBR 1706, que versa sobre os  
368 requisitos para os aplicativos móveis. Foi respondido que foi encaminhado ao Tribunal Superior  
369 Eleitoral e encaminhado para verificar o que está ocorrendo. O Conselheiro Wagner Gonçalves  
370 Saltorato salientou que é necessário discutir e divulgar as atribuições. Ponderou que o fluxo de  
371 averiguação das denúncias e encaminhamentos dados devem ser esclarecidos, que o Conade não  
372 tem papel de polícia e que o trabalho da comissão tem se avolumado bastante. Foi ressaltado que  
373 muitos processos não foram finalizados por falta de informações. Iniciada a votação do relatório da  
374 Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP, foi aprovado por  
375 unanimidade. Ato contínuo, avançou-se para a Apresentação do Relatório da Comissão de  
376 Acompanhamento e Monitoramento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e  
377 da Lei Brasileira de Inclusão – CMC. O Conselheiro Daniel Faganello noticiou que a comissão no  
378 ano passado estabeleceu um cronograma de trabalho, com conclusão para o primeiro semestre de  
379 2024 e resultados apresentados no início do segundo semestre. Asseverou que se comprometeu a  
380 estabelecer um novo contato com a secretaria para atualizações, pois existe um controle dos  
381 projetos de lei em andamento e a criação de um grupo com os voluntários do Ministério das  
382 Relações Exteriores e do escritório do senhor Joelson para finalizar o trabalho no segundo semestre.  
383 Sobre a designação de relatoria para análise de revisão do Código Civil, com base no documento  
384 elaborado pela Rede Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência, em que foi solicitado que a  
385 comissão revise alguns artigos do Código Civil. Esclareceu que o Sr. Joelson será responsável por  
386 relatar o processo. Sobre o debate direcionado as estratégias para melhorar a proteção e garantia dos  
387 direitos da pessoa com deficiência, comunicou que a Conselheira Adriana Martins informou que a  
388 Organização das Nações Unidas (ONU) não forneceu orientações sobre o assunto ao Brasil.  
389 Cientificou que a comissão deliberou pela atualização dos principais eventos de direitos  
390 humanos da ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA) para o Conade. Iniciada a  
391 votação do Apresentação do Relatório da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da  
392 Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão – CMC, o

393 relatório foi aprovado por unanimidade. O Conselheiro Daniel Faganello solicitou as entidades da  
394 sociedade civil e do governo que apresentassem a comissão, se necessário, algum item que não foi  
395 regulamentado. Foi informado que, a Federação Nacional das APAEs financiou pela Universidade  
396 de Brasília uma pesquisa para a criação de indicadores de monitoramento da convenção, o que pode  
397 ser utilizado para pesquisa. O Sr. Claudionor Araujo pontuou que, muitas legislações têm o termo  
398 “*portador de deficiência*”, o que deve ser modificado para “*pessoas com deficiência*”. Foi explicado  
399 que o termo pessoa com deficiência está previsto da Lei Brasileira de Inclusão de 2015, todavia o  
400 decreto nº 5296/2004 implantava essa definição, o que sempre deve ser verificado. Posteriormente,  
401 foi iniciada a Apresentação do Relatório da Comissão de Comunicação Social – CCS. O  
402 Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné alegou que não houve reunião da comissão por falta de  
403 quórum. Isto posto, prosseguiu-se para a Apresentação do Relatório da Comissão de Articulação de  
404 Conselhos – CAC. A Conselheira Indyara de Araujo Moraes relatou que foi discutido o baixo  
405 percentual de respostas do questionário de avaliação da atividade de formação dos conselhos  
406 estaduais. Complementou que no ano passado foi enviado um formulário para formação em Brasília  
407 e o encaminhamento foi que, quando houver informações sobre prestação de contas para emissão de  
408 certificados, que os dados sejam vinculados a avaliação da formação. Além disso, é fundamental  
409 continuar as formações e ter a atuação do Conade nos territórios. Foi comunicado que as reuniões  
410 podem ser realizadas as reuniões em agosto. Complementou que, o documento orientador da  
411 composição dos conselhos estaduais e municipais foi discutido, o que foi aprovado e encaminhado  
412 para os conselheiros e não houve manifestação. Notificou como planejamento da CAC para 2024 o  
413 suporte, a realização das conferências estaduais, organização da V conferência nacional, do edital  
414 para eleições do Conade no próximo triênio para o próximo semestre, do relatório de apresentação  
415 de formação de lideranças, proposta de alteração da data da reunião extraordinária do Conade antes  
416 da conferência nacional para setembro ou novembro e noticiou que haverá o Programa de Formação  
417 das Lideranças para a Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência que ocorrerá de forma  
418 híbrida a partir do segundo semestre. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné argumentou que a  
419 reunião extraordinária é destinada a conferência, sendo necessário manter a reunião. O Conselheiro  
420 Geziel Bezerra da Silva concordou. Foi explicado que haveria uma pauta para a reunião  
421 extraordinária, que nos dias anteriores seriam tratados sobre a conferência e foi questionado se é  
422 possível ter uma pauta aberta na reunião extraordinária. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné  
423 elucidou que a reunião extraordinária será realizada para discutir os assuntos da conferência, pois a

424 falta de reunião inviabiliza a presença dos conselheiros. O Conselheiro Milton Pereira de Carvalho  
425 Filho explanou que a conferência será longa e acrescentar mais dois dias de reunião é inviável, que  
426 os assuntos da conferência serão discutidos na conferência e que o regimento prevê que pode ser  
427 realizado de forma remota. O Conselheiro Décio Gomes Santiago clarificou que será discutido na  
428 reunião extraordinária a manutenção da conferência. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné  
429 concordou e pontuou que, poderá ser definida alguns dias antes uma pauta adicional sobre a  
430 conferência. Recomendou manter a reunião extraordinária na data atual e que a comissão sugira  
431 outra reunião em outra data. A Conselheira Indyara de Araujo Morais propôs votar os outros itens  
432 do relatório e realizar votação exclusiva da reunião extraordinária. Foi concordado. O Conselheiro  
433 Geziel Bezerra da Silva alegou que a reunião extraordinária foi votada no calendário da reunião do  
434 Conade, sendo desnecessário deliberar novamente. O Conselheiro Décio Gomes Santiago afirmou  
435 que a proposta de alteração de junho para setembro é da comissão. O Conselheiro Roberto Paulo do  
436 Vale Tiné assegurou que é necessário ter uma reunião antes da conferência. O Conselheiro Daniel  
437 Faganello concordou. Foi sugerido votar a manutenção da reunião e se caso surgir outra data de  
438 reunião, votar com a presença da presidente do conselho. Iniciada a votação sobre a manutenção da  
439 reunião extraordinária, o Conselheiro Milton Pereira de Carvalho Filho discordou da manutenção da  
440 reunião. Não havendo outras manifestações contrárias, a proposta foi aprovada por maioria. Logo  
441 após, foi iniciada a votação sobre os demais encaminhamentos do Apresentação do Relatório da  
442 Comissão de Articulação de Conselhos – CAC. Os encaminhamentos foram aprovados por  
443 unanimidade. Em relação a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, o Conselheiro Décio  
444 Gomes Santiago noticiou que não houve reunião, pois estão sendo realizadas mudanças. Sobre a  
445 Comissão de Políticas Públicas, a Conselheira Jô Nunes relatou que discutiram o decreto do  
446 governador de São Paulo e o parecer 50. A Conselheira Deusina Lopes da Cruz explicou que foi  
447 criado um material e que estão esperando que o ministério dialogue com o conselho. Argumentou  
448 que, o ponto de partida é o direito a educação e informou que analisará a luz da convenção dos  
449 Direitos da Pessoa com Deficiência. Acrescentou que constitui crime qualquer medida de  
450 discriminação do autista em virtude da deficiência, que discorrerá sobre a proibição de cobrança da  
451 educação sobre qualquer valor adicional ou custo em virtude de garantir o direito a educação.  
452 Relembrou o parecer de São Paulo, sendo necessário verificar as legislações e o que incentiva o  
453 gestor a cometer crimes. Discorreu que o acesso aos laudos é difícil, que o plano está centralizado  
454 no autista e pode ser submetido a família, que tem 177.000 pessoas de 0 a 6 anos estão no BPC e

455 70.000 deles tem autismo, 1 para cada 36 crianças tem autismo, sendo essencial utilizar o artigo 3º  
456 da LBI sobre o profissional de apoio escolar. Convocou o Conade para ser coordenador da Política  
457 Nacional do Autismo, pois o parecer tem insegurança jurídica e técnica. O Conselheiro Décio  
458 Gomes Santiago informou que, não conseguiu conversar com o presidente do Conselho Nacional de  
459 Educação. A Conselheira Jô Nunes informou que, é necessário ter um representante do Conselho  
460 Nacional de Educação na reunião e que foi enviado o documento para os conselheiros. O  
461 Conselheiro Milton Pereira de Carvalho Filho solicitou destacar os pontos do parecer. Foi explicado  
462 que o parecer está baseado em um comportamento, o que está incorreto, que solicitar que uma  
463 escola crie um protocolo de conduta pode se tornar um crime, que está escrito sobre a validação da  
464 família, que os procedimentos podem ser criados somente se estiver na conduta da escola e que foi  
465 sugerido a reformulação do plano. O Conselheiro Décio Gomes Santiago salientou a importância do  
466 Conade monitorar, do governo criar mecanismos para atendimento as pessoas com deficiência e de  
467 ter um processo de escuta no caso das notas. Foi ressaltada a importância da presença do Conselho  
468 Nacional da Educação. Foi comunicado que a vice-presidente da Câmara de Educação Básica,  
469 relatora do parecer 50, comparecerá na reunião a tarde. Foi notificado que o assunto será retornado  
470 às 14:00. Iniciada a votação, o relato da Comissão de Políticas Públicas foi aprovado por  
471 unanimidade. Dia 09/04/2024 – Tarde: A Presidente Anna Paula Feminella iniciou a reunião  
472 cumprimentando a todos. O quórum foi verificado. O Sr. Hugo, Representante da  
473 Secretaria-Executiva, cientificou que o contrato do espaço físico da conferência foi assinado no ano  
474 passado, que será no CICB, que a contratação de serviços e eventos está na fase de licitação de dois  
475 lotes com serviços de RH, hospedagem e transporte. Sobre a consultoria com a FLACSO, que  
476 atuará na metodologia, sistematização e logística da conferência, estão auxiliando na documentação  
477 burocrática da conferência. Foi informado que o prazo final para as conferências é 30 de abril, que  
478 um estado enviou a documentação, que o questionário da pré-inscrição está pronto, que houve um  
479 avanço quanto ao regimento interno. A Presidente Anna Paula Feminella salientou a importância do  
480 diálogo, que o Plano Viver Sem Limites e a avaliação biopsicossocial são itens centrais de discussão  
481 e que a conferência tem que focar na missão. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné informou  
482 que a comissão da referência elaborou uma proposta de regimento interno da V conferência.  
483 Arrazoou que em 20 de maio o documento será enviado, de 01 a 10 de junho os delegados poderão  
484 realizar sugestões de modificação, de 25 a 30 de junho o documento estará no formato para votação  
485 na *internet* e a partir do dia 30 de junho será publicado e aclamado. Acrescentou que é necessário



486 comprovar a necessidade de acompanhamento por meio de laudo médico, que não exigem prazo de  
487 validade para o atestado e sugerem que os estados que não realizaram conferências, colocar um  
488 médico para conseguir os atestados. Arrazouo que precisam do documento até o dia 20 de maio. O  
489 Conselheiro Geziel Bezerra da Silva questionou se a carteirinha do passe livre pode garantir a  
490 necessidade de acompanhante. O Sr. Hugo respondeu que verificará a possibilidade. Ato contínuo,  
491 passou-se para a Discussão sobre os Pareceres 50 e 51/2023 do CNE. A Presidente Anna Paula  
492 Feminella cientificou que o Conselho Nacional da Educação se colocou à disposição para melhorias  
493 no parecer 50. A Sra. Suely Melo afirmou que recebem várias demandas sobre a educação especial,  
494 que possuem diretrizes para todas as modalidades para garantir a inclusão e documentos  
495 orientadores. Declarou que ao utilizar diretrizes, atuam com o público e no caso de documentos  
496 orientadores, com técnicos. Discorreu sobre o histórico de documentos orientadores destinadas a  
497 educação bilíngue para pessoas surdas, pessoas com altas habilidades e autistas. Ponderou que o  
498 conselho deve considerar o parecer, que as demandas foram encaminhadas, os cientistas  
499 trabalharam no assunto, o conselho respeita a pluralidade de ideias e as visões mais radicais.  
500 Afirmou que os pareceres são considerados segregadores, que lidam com as apresentações e os  
501 direitos. Notificou que o parecer admite a LBI e traz o trabalho individual do aluno. Ponderou que  
502 estão identificando todos os direitos que o conselho defende, que discutiram sobre o acompanhante  
503 especializado, que estranharam a forma com que os ritos foram compreendidos, que o Ministério da  
504 Educação foi convidado, mas não compareceu. A Presidente Anna Paula Feminella colocou o  
505 Conade a disposição para aproximar o diálogo e informou que a discussão entre os conselheiros não  
506 será encerrada nesta reunião. O Sr. Alexandre Mapurunga iniciou a apresentação do parecer nº 51,  
507 adicionou que as organizações de autismo não foram convidadas e que nenhum membro do MEC  
508 assina o parecer. Citou o artigo 4.3 da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência,  
509 lembrou que foi reinstituída a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e  
510 Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), asseverou que recebem diversas demandas sobre pessoas  
511 autistas, que a política de educação inclusiva abriu portas para vários alunos, que ao longo do tempo  
512 houve redução de investimentos na área de educação, o que foi aumentado recentemente. Informou  
513 que foi criado um GT para os pareceres 50 e 51 e definido o prazo de 120 dias para uma análise  
514 crítica, pois todas as manifestações estão sendo coletadas para análise. Alegou que a equipe técnica  
515 identificou situações como o Plano de Ensino Individualizado, acompanhante especializado, a  
516 necessidade do profissional de apoio escolar, a criação de uma política dentro de uma política, a

517 responsabilização das famílias pelos cuidados e a indução de terapias no contexto escolar, que não  
518 são compatíveis com a política atual. Ponderou que a responsabilização das famílias pode criar  
519 distorções. Acrescentou que, neste sentido o MEC está ouvindo os posicionamentos, está atento ao  
520 grande número de matrículas nas instituições de ensino, aplicando diversas ações como formações  
521 no programa Renafor, incluindo equipamentos de tecnologia assistiva para autistas, realizando  
522 oficinas para ouvir famílias autistas, criando cadernos informativos, que tenciona estabelecer um  
523 diálogo com o Congresso para regulamentar o profissional de apoio escolar, que buscam o diálogo  
524 intersetorial e isso está incluído em um Plano Nacional de Anticapacitismo. A Conselheira Deusina  
525 Lopes da Cruz ponderou que leram os pareceres, organizaram o conteúdo, o que foi discutido no  
526 documento elaborado por ela sobre a discriminação e que o autismo não pode ser baseado no  
527 comportamento. Informou dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e relatou que pode  
528 disponibilizar o documento realizado por ela. O Conselheiro Joelson Costa Dias ressaltou a  
529 importância do Conade debater esse assunto, acrescentou que o assunto está na pauta da Comissão  
530 dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil. Sugeriu que o Conade  
531 recomende ao MEC uma audiência pública para discutir o tema. Questionou o motivo de não  
532 discutir a educação inclusiva. A Conselheira Telma Maria Viga de Albuquerque declarou que  
533 atualmente as condições de escolaridade para autistas são de até os 12 anos. Relembrou a atuação  
534 da equipe multidisciplinar de Manaus. A Sra. Suely Melo enfatizou a importância do diálogo e,  
535 complementou que o Conselho Nacional da Educação tem como função até a aprovação do parecer  
536 verificar a reação da sociedade. Arguiu que, tratar sobre a equipe multidisciplinar e o fato de ser um  
537 conselho de estado são itens complexos e é necessário ter o diálogo, pois não pode mudar a política  
538 a todo o momento. Concordou com a questão da discriminação, mas argumentou que é necessário  
539 ter uma orientação para as escolas. Acrescentou que o Conselho gostaria de criar algumas linhas de  
540 atuação que, ao discutir sobre inclusão, pode se referir a um princípio. O Conselheiro Décio Gomes  
541 Santiago ressaltou que não estão deliberando sobre o assunto hoje. O Sr. Alexandre Mapurunga  
542 ressaltou a responsabilidade do governo federal de lançar políticas intersetoriais. Relembrou sobre o  
543 lançamento da Política Nacional de Cuidados, arrazoou que foi lido o parecer nº 50, que o PEI é um  
544 procedimento técnico, a convenção é um documento internacional para todos os países, o PEI  
545 direciona para um ensino individualizado e o AEE identificará as barreiras e está forçando a uma  
546 metodologia que não será adotado. Finalizou destacando que é necessário estabelecer consensos,  
547 considerando que a educação inclusiva adota modelo social da deficiência como premissa e que a

548 escola é um lugar dos educadores. A Conselheira Indyara de Araujo Moraes declarou que, quando  
549 foi lançado o parecer, foi discutido sobre a ótica da saúde sobre a equipe multiprofissional, pois o  
550 papel da saúde e da educação são diferentes, sendo essencial trabalhar em parceria a escola com a  
551 unidade básica de saúde. Arguiu que a avaliação biopsicossocial está desconectada das outras áreas,  
552 e é necessário unir a interpretação das pessoas com os elaboradores do parecer, pois a interpretação  
553 da avaliação está errada. Afirmou que as políticas intersetoriais existiam desde o governo Dilma,  
554 que é necessário utilizar a mesma nomenclatura de atendimento especializado para todos os estados  
555 e ter conexão entre os conselhos. A Conselheira Jô Nunes parabenizou o debate, argumentou que há  
556 vários anos existem várias leis, que é necessário pensar a nível nacional e especializar as pessoas. O  
557 Conselheiro Antonio José do Nascimento Ferreira discorreu sobre o histórico da luta dos direitos  
558 das pessoas com deficiência, afirmou que enfrentou várias barreiras, que é a primeira que recebe um  
559 representante do Conselho Nacional de Educação e o Conselho nunca convidou o Conade.  
560 Argumentou que estão discutindo o mesmo assunto separados, que as políticas estão desconectadas  
561 e que cabe ao Conade com a secretaria desde a lei nº 8753/1989 coordenar a política para pessoas  
562 com deficiência para orientar e o Programa Viver Sem Limite busca essa interação. A Conselheira  
563 Deusina Lopes da Cruz ponderou que pode ser trabalhado com o envelhecimento das pessoas com  
564 deficiência e solicitou um cuidado quanto a dor da mãe, que o item 4 sobre a validação do plano de  
565 atendimento, o Plano Educacional Individualizado (PEI) não está bom, que deve ser revisto sobre a  
566 família, pois existem crianças moradoras de rua. A Sra. Suely Melo esclareceu que pode ter  
567 mediação jurídica, que a intersetorialidade é bastante trabalhada para garantir o atendimento a lei,  
568 que estão preocupados que os alunos possam aprender e a equipe multiprofissional atua de forma  
569 intersetorial para verificar como a escola pode lidar com a situação. Adicionou que é necessário ter  
570 uma ação conjunta para evitar erros de laudo e outros erros. Ponderou que a polêmica é importante,  
571 pois os assuntos são discutidos e o parecer é orientador. Concordou que é necessário mais diálogo e  
572 ser mais humildes. Parabenizou o Programa Viver Sem Limites, cientificou que o Conselho  
573 Nacional de Educação respeita o Conade e se colocou à disposição. O Conselheiro Wagner  
574 Gonçalves Saltorato declarou que não foi considerado no parecer a tecnologia assistiva como o  
575 atendente pessoal e a linguagem simples e aconselhou convocar o Ministério da Ciência e  
576 Tecnologia, refletir sobre IFBrM, identificar as barreiras para discutir políticas públicas e concorda  
577 com os documentos norteadores. A Sra. Suely Melo ponderou que o conselho entende que é  
578 necessário ajudar os alunos a superarem as barreiras, que existem ambientes que não estão e devem

579 ter atendimento especializado qualificado. O Sr. Alexandre Mapurunga informou que amanhã  
580 haverá uma reunião do GT e será discutido a atuação do MEC como Comitê Gestor, que o IFBrM  
581 pode ser uma solução para conduzir o processo de eliminação de barreiras. **ENCERRAMENTO –**  
582 **DIA 09/04/2024:** A reunião foi encerrada. **ABERTURA - DIA 10/04/2024 - Manhã:** O  
583 Conselheiro Décio Gomes Santiago iniciou a reunião cumprimentando a todos. O quórum foi  
584 verificado. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné informou que estão presentes treze  
585 conselheiros da sociedade civil e quatro do governo. Os convidados se apresentaram. Na sequência,  
586 foi iniciada a apresentação sobre Acessibilidade do aplicativo da Justiça Eleitoral. A Sra. Juliana  
587 Sesconetto informou que o item da pauta foi encaminhado ao encontro nacional de acessibilidade,  
588 que o GT tem uma equipe multidisciplinar e que pode convidar um representante da Conade para  
589 estar nas discussões do GT. Explanou que a urna para a eleição do conselho tem alguns recursos de  
590 acessibilidade como intérprete de libras, sintetizador de voz, que a pessoa cega pode ouvir o nome e  
591 o número do candidato, a regulagem da velocidade e do áudio. Solicitou auxílio do conselho para  
592 divulgar sobre mesários voluntários alfabetizados em libras e informou que existe a previsão de um  
593 coordenador de acessibilidade para o local de votação. Requereu a convocação da população para o  
594 registro no cadastro eleitoral. Ponderou que as seções eleitorais devem ser acessíveis e que é  
595 importante as pessoas com deficiência realizem a anotação de registro no local do cadastro eleitoral.  
596 Adicionou que estão elaborando um estudo das pessoas com deficiência que realizam o cadastro e a  
597 possibilidade do voto com autonomia para tetraplégico. Cientificou que a ministra Cármen Lúcia  
598 Antunes Rocha realizou algumas alterações na Resolução dos Estados Gerais, como a inclusão da  
599 ordem de prioridade de fila para o espectro autista, que será efetuado um chamamento aos tribunais  
600 regionais eleitorais para que os juízes eleitorais realizem um estudo dos locais de votação e  
601 permitam que as pessoas com deficiência possam acessar o local. Complementou informando que  
602 existe a possibilidade de transferência temporária, até o dia 08 de maio tem que ser realizada a  
603 transferência definitiva, e a transferência temporária até agosto. Ressaltou que as pessoas com  
604 deficiência têm direito de ir com acompanhante até a cabine. O Sr. Daniel Monteiro agradeceu ao  
605 Conade por atender à reivindicação, alegou que a falta de acessibilidade é intolerável, que os locais  
606 de votação não atendem as demandas propostas, que a acessibilidade comunicacional está além dos  
607 eleitores, que existem muitas reuniões que foram discutidas a acessibilidade, e relatou o seu caso de  
608 dificuldade com a *selfie* no sistema. A Conselheira Jô Nunes relatou caso de dificuldade como  
609 acompanhante no caso de sua filha com deficiência, em que existiam tantas dificuldades que tinha

610 vontade de desistir de votar. O Conselheiro Joelson Costa Dias parabenizou o Conade pela  
611 iniciativa, arrazoou que estão a falar de direitos políticos e, portanto, direitos fundamentais e  
612 direitos humanos. Enfatizou que as pessoas com deficiência precisam ser votadas, ter direito de  
613 votar e assento, que é importante discutir para reiterar o que a Convenção da ONU pretende.  
614 Afirmou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem um programa de acessibilidade da justiça  
615 eleitoral, porém é necessário aprimorar muito em todas as áreas. Sugeriu o encaminhamento do  
616 tema para a comissão de monitoramento. A Conselheira Laudeci Vieira dos Santos pontuou que  
617 existem pessoas pequenas que tem nanismo e gigantes e questionou como seria organizada a  
618 acessibilidade para essas pessoas. A Sra. Juliana Sesconetto afirmou que o acompanhamento é  
619 importante para aperfeiçoar os processos, que possuem um aperfeiçoamento que estão em processo  
620 de aperfeiçoamento para a captura de risco vivo, sem a necessidade de virar para os lados e que  
621 pode convocar para testar a tecnologia. Adicionou que existe uma resolução em que os locais de  
622 votação que obriga o uso de fones de ouvido descartáveis. Complementou que o corpo eleitoral está  
623 relacionado aos mesários voluntários e eles têm a obrigação de conhecer os normativos. Salientou  
624 que muitas alterações devem ser realizadas e que as pessoas com doenças raras são atendidas  
625 quanto as normas para dificuldades de locomoção. A Conselheira Maria Cecília Jorge Branco  
626 Martiniano de Oliveira questionou se não poderia ser realizado algo para exercer o seu direito de  
627 forma virtual. O Conselheiro Magno Prado Gama Prates argumentou os avanços são importantes,  
628 pois refletiram sobre as barreiras de acessibilidade físicas, sensoriais que a tecnologia não fornece  
629 apoio, se os locais serão acessíveis. Relembrou que, no Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de  
630 Geografia e Estatística (IBGE), foi indicado a existência de 45.000 pessoas com deficiência, e  
631 questionou se existe um portal com o quantitativo de pessoas com deficiência e os tipos de  
632 deficiência que possuem. Alegou que houve diversos avanços quanto a janela de libras. Questionou  
633 se teve a atualização da janela de libras do primeiro turno para o segundo turno, sobre a variação  
634 linguística e se é mostrado em cada estado e dentro das turmas se poderia ter uma pessoa que se  
635 comunica em libras em cada sessão ou ter um *QR Code*, para que a pessoa coloque o *QR Code* e  
636 direcione para uma central para orientações. Sugeriu uma cartilha e orientação mais clara para os  
637 que atuam. O Conselheiro Geziel Bezerra da Silva informou que possui uma parceria com o TSE  
638 Pernambuco e relatou que buscavam as pessoas com deficiência para votar, sendo importante  
639 replicar nos estados e municípios, pois muitos tem dificuldade de transporte. Destacou a  
640 importância da parceria com as instituições de pessoa com deficiência. A Conselheira Indyara de

641 Araujo Moraes informou que realizou uma pesquisa da Universidade de Brasília (UnB) sobre os  
642 direitos acessados por pessoas com deficiência, e foi compreendido que, para ter uma participação  
643 plena na sociedade, o direito ao voto está incluído e os dados disponibilizados é difícil acessar os  
644 dados. Afirmou que em 155.000 pessoas com deficiência votaram em 2022 e 60 delas realizaram  
645 reclamações e foi sugerido pensar em estratégias para avaliar os locais de votação dois meses da  
646 eleição. Discorreu que um dos problemas apresentados para acessibilidade foi o fone de ouvido, que  
647 cerca de 0,12% pessoas com deficiência foram eleitas e para a acessibilidade seria o ideal contratar  
648 pessoas especializadas. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné lamentou que os estão sendo  
649 apresentados os mesmos problemas que há 12 anos atrás, como a capacitação das pessoas que  
650 trabalham. O Conselheiro Joelson Costa Dias ressaltou que o programa de acessibilidade do TSE  
651 tem uma previsão em que todos os Tribunais Regionais Eleitorais (TRE's) precisam realizar um  
652 relatório dos dados, porém, a informação não foi disponibilizada e sugeriu a verificação dos  
653 relatórios e publicação. O Conselheiro Milton Pereira de Carvalho Filho propôs que o TSE envie  
654 um documento orientador para o conselho e que o conselho encaminhe para as entidades e  
655 conselhos estaduais e municipais para que reforce a campanha. Solicitou que o conselho envie um  
656 ofício ao TSE para participar do GT. O Conselheiro Daniel Faganello questionou se existe uma lista  
657 de exceções acessíveis no Brasil, se está disponível aos tribunais dos municípios e se existe uma  
658 comunicação dos tribunais com a administração municipal, pois as vezes a edificação é acessível,  
659 mas o entorno não é acessível. A Conselheira Angela Maria Bezerra de Sousa Bezerra salientou a  
660 importância do treinamento das pessoas que atuam nos locais de votação, sugeriu a criação de uma  
661 cartilha com informações simples, que seja divulgado que não pode ser fornecida carona, colocar  
662 um banner com os principais direitos da pessoa com deficiência e realizar uma campanha sobre o  
663 assunto. A Conselheira Nayara Karin Falção de Oliveira argumentou que tem muito o que melhorar,  
664 que é necessário que a construção seja com o conselho e abrir a possibilidade de um letramento. O  
665 Sr. Daniel Monteiro ponderou que o título deve estar disponível para o dia 08 de maio. O  
666 Conselheiro Décio Gomes Santiago solicitou o envio da pesquisa citado pela Conselheira Indyara  
667 de Araujo Moraes à comissão de monitoramento. Arrazouo que foi discutido sobre transporte  
668 acessível, acessibilidade na cabine, porém tem seções fixas e os locais não são acessíveis. Afirmou  
669 que os conselhos estão à disposição, que o CONFEA pode ser um parceiro nessa missão. A Sra.  
670 Juliana Sesconetto confirmou que são convocados e que convidarão o Conade. Adicionou que  
671 existe uma página com estatísticas, que é necessário sempre melhorar, que é realizada a atualização

672 de libras, porém, não há variedade linguística de acordo com o estado. Asseverou que, foi  
673 convocada na época a Secretaria dos Direitos da Pessoas com Deficiência, que existem alguns  
674 tribunais que utilizam a central de libras e foi criado um GT para discutir o assunto. O Conselheiro  
675 Milton Pereira de Carvalho Filho explicou que um dos programas é ua implantação de uma central  
676 nacional de libras e que a central possa atuar como modelo nas eleições municipais desse ano. A  
677 Sra. Juliana Sesconetto declarou que possuem a previsão normativa de realizar o transporte quando  
678 for necessário e realizar uma sessão em locais que as pessoas têm dificuldade de se locomover.  
679 Adicionou que a avaliação dos locais é realizada com antecedência, que foi executada uma auditoria  
680 de zonas eleitorais e estão realizando uma parceria com o Ministério Público para melhorar esses  
681 locais, enquanto os prédios que são particulares devem ser realizados uma parceria e os do governo  
682 podem realizar as melhorias. Acrescentou que progrediram bastante na capacitação. A Sra. Tayane  
683 salientou que, 68% das mesárias são mulheres, os cidadãos são convocados e muitas informações  
684 não são retidas por mesários, que os treinamentos dos mesários estão abertos para todas as  
685 sociedades. Adicionou que, tem mais de 4500 mesários com deficiência e que pode ser aumentado.  
686 Afirmou que trabalham com sistema de multiplicação e que no mês de maio serão disponibilizadas  
687 3.200 vagas para a capacitação relacionada. O Conselheiro Décio Gomes Santiago informou que  
688 eles serão convidados na próxima reunião e que o assunto será enviado para a comissão de  
689 monitoramento. A Sra. Juliana Sesconetto explicou que estão recebendo os relatórios dos tribunais e  
690 são eles que publicam. Asseverou que estão em processo de atualização da política de  
691 acessibilidade, que será aberta uma audiência pública sobre o assunto, que é importante  
692 providenciar o ofício do Conade e que pode ser verificado quanto a participação como conselho  
693 consultivo. Complementou que as listas dos locais são divulgadas e quando é realizada a vistoria  
694 dos locais, é verificado o entorno, que existe uma determinação em realizar campanhas e que  
695 podem ser realizadas em linguagem simples, utilizar redes como o Conade para divulgação e que  
696 pode ser verificada campanhas para pessoas com deficiência, e visualizar todas as especificidades.  
697 Notificou que a resolução do cadastro eleitoral foi aberta para contribuições, que estão em fase de  
698 teste quanto a atualização para cego, mas o intuito é utilizar na próxima eleição. Informou como  
699 e-mail smg@tse.jus.br. O Conselheiro Décio Gomes Santiago reiterou que o assunto será enviado  
700 para a comissão de monitoramento. O Conselheiro Joelson Costa Dias declarou que outras  
701 comissões podem discutir o assunto. A Conselheira Nayara Karin Falção de Oliveira sugeriu  
702 convocar os conselhos para compor e o Conade nas próximas eleições. O Conselheiro Décio Gomes

703 Santiago informou que o Conade foi convidado, não sendo necessário refazer a deliberação. O  
704 Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné sugeriu a extensão da pauta até às 13:00. Foi concordado.  
705 Posteriormente, foi iniciada a apresentação sobre Praia acessível pelo Sr. Marcos, da Secretaria de  
706 Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas do Rio Grande do Sul, que asseverou que é  
707 possível ter caminhos acessíveis, que em 2012 foi iniciado o processo praia acessível e apresentou  
708 um vídeo sobre a Faders e outro sobre a praia acessível. Esclareceu que a Faders forneceu a  
709 capacitação e que o serviço é disponibilizado em vários lugares com dois tipos de cadeiras, foi  
710 realizada a parceria com os bombeiros militares do estado, transformou-se em um programa de  
711 estado, e estão discutindo com o Rio Grande do Norte para implantar o projeto com o  
712 estacionamento e banheiro acessível. O Conselheiro Daniel Faganello parabenizou o projeto. O  
713 Conselheiro Geziel Bezerra da Silva noticiou que estão realizando o projeto em Pernambuco e  
714 questionou o que fazer se o bombeiro tiver outra demanda. Em Pernambuco foi colocado na  
715 responsabilidade de gestores e ficou parado. Questionou se o banho é agendado, afirmou que é  
716 necessário incentivo do Ministério dos Esportes, Ministério do Turismo e outras instâncias e que  
717 manter o custo é difícil. O Sr. Marcos explicou que o projeto está em todas as praias do Rio Grande  
718 do Sul e que os bombeiros trabalham por rodízio. A Conselheira Angela Maria Bezerra de Sousa  
719 Bezerra explicou que em Fortaleza é aplicado como política pública. O Conselheiro Décio Gomes  
720 Santiago informou que foi apresentada a proposta ao Rio Grande do Norte. O Sr. Marcos explicou  
721 que realizam a avaliação do aplicativo. Foi explicado que em Porto Alegre é adotado o projeto. O  
722 Sr. Marcos clarificou que possuem também piscinas públicas no estado e que estão à disposição. Foi  
723 questionado quem financia. O Sr. Marcos explicou que a instituição comprou mais de 50 cadeiras e  
724 o governo financia em parceria com a instituição. A reunião foi encerrada. Dia 10/04/2024 – Tarde:  
725 a Presidenta Ana Paula Feminella iniciou a reunião cumprimentando a todos. Após a verificação do  
726 quórum, foi verificado a presença 12 conselheiros da sociedade civil e quatro do governo. Foi  
727 explicado que não haverá deliberações enquanto não houver quórum. Foi iniciada a apresentação do  
728 Planejamento da SNDPD – 2024. A Sra. Naira Rodrigues Gaspar, explicou que o GT está no último  
729 trimestre de atuação e encerra em 01 de junho de 2024 e tem 30 dias para apresentar o relatório  
730 final. Acrescentou que a grande função é a publicação do decreto de regulamentação do artigo 2º da  
731 lei Brasileira de Inclusão, que regulamenta a avaliação biopsicossocial, o sistema nacional de  
732 avaliação unificada, e o resultado será apresentado na conferência nacional. Em seguida, o Sr.  
733 Jonathas Duarte discorreu sobre o levantamento do IBGE sobre pessoas com deficiência, objetivos



734 do SISNADEF, fluxograma do sistema, principais desafios do SISNADEF, eixos estruturantes,  
735 principais atores federais, progresso atual do SISNADEF, informou que a saúde finalizará uma  
736 proposta até sexta-feira, que o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e  
737 Combate à Fome (MDS) está analisando sobre o cadastro único e o INSS com a saúde. Discorreu  
738 sobre estudo de aplicabilidade e experiência piloto no Piauí, Marajó, Bahia e Ceará. Adicionou que  
739 o estudo no Piauí será realizado em cinco municípios através de uma carta acordo assinada pela  
740 Fiocruz, que no Marajó espera a formação de equipes em outubro e a experiência em campo em  
741 janeiro do próximo ano, que na Bahia ocorrerá em cinco municípios e será custeado pelo Banco  
742 Mundial, para ocorrer em maio até junho de 2025 e no Ceará o estudo está previsto para junho  
743 desse ano até junho do próximo ano em cinco municípios. A Sra. Naira Rodrigues Gaspar  
744 explicou que as reuniões do GT são transmitidas, que foram realizadas oficinas, que os desafios  
745 estão sendo construídos, que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), agindo em  
746 complementaridade com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de  
747 Saúde (SUS), realizar o agendamento, que pretendem que a avaliação seja universal, que o Cadastro  
748 Único deve ter qualidade, que as pessoas poderão receber suas avaliações. Adicionou que a  
749 Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) tem unidades nas universidades e por isso  
750 está sendo realizada uma parceria. Ponderou que o custo de operação do sistema é o mesmo da  
751 política. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné explicou que o GT será finalizado em maio, que  
752 o documento será encaminhado depois para o Comitê e que o Conade tem assento no Comitê  
753 Gestor. O Conselheiro Milton Pereira de Carvalho Filho questionou se haverá audiência para a  
754 avaliação. Foi respondido que foi aprovado pelo Conade em 2020, e que estão previstos cinco  
755 encontros para apresentar e discutir a implementação. A Conselheira Indyara de Araujo Moraes  
756 indagou se o sistema será financiado pela secretaria. A Sra. Naira Rodrigues Gaspar negou. Foi  
757 explicado que existe um termo de execução descentralizada, que o recurso restante foi utilizado  
758 para módulo de avaliação e que se busca uma infraestrutura de governo. A Sra. Naira Rodrigues  
759 Gaspar explicou que estão atuando na preservação de dados. A Conselheira Indyara de Araujo  
760 Moraes questionou o tempo de transição, se será passado pelo Conade e a estrutura do Comitê  
761 Gestor. O Conselheiro Magno Prado Gama Prates questionou se haverá atualização e se foi  
762 realizado algum dado caracterizando as regiões, se será aplicada na Região Sul e se haverá uma  
763 disparidade. A Sra. Naira Rodrigues Gaspar explicou que vão coexistir os dois modelos e à medida  
764 que conseguir equipes, pode fazer a transição. Arrazoou que uma legislação tem um período para

765 entrar em vigor, que a reavaliação o instrumento será alterado e o comitê gestor verificado a  
766 estrutura e o comitê deve ser simples, que o decreto prevê ajustes, que as regiões norte e nordeste  
767 tem mais vazios assistenciais. O Conselheiro Magno Prado Gama Prates salientou a preocupação  
768 com a modificação de outras regiões. A Sra. Naira Rodrigues Gaspar explanou que realizaram  
769 parcerias com várias universidades. A Conselheira Indyara de Araujo Morais questionou se o  
770 instrumento estará no decreto. Foi confirmado. O Conselheiro Magno Prado Gama Prates salientou  
771 a importância dos trabalhos. Posteriormente, foi iniciada a apresentação do Novo Plano Viver Sem  
772 Limite. A Presidenta Ana Paula Feminella salientou que o primeiro lançamento do plano foi no  
773 Piauí, depois na Paraíba, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Espírito Santos,  
774 explicou que foram apresentados nas conferências, que alguns estados mudaram a data da  
775 conferência e apresentou sobre os diálogos realizados, eixos, metas do programa. O Conselheiro  
776 Roberto Paulo do Vale Tiné lembrou que o Conade deliberou um ofício ao ministro e questionou  
777 se tem algum avanço. A Conselheira Telma Maria Viga de Albuquerque indagou sobre a memória  
778 de internação compulsória. A Presidenta Ana Paula Feminella arrazoou que o MCTI está auxiliando  
779 na acessibilidade do portal, que teve a ampliação dos quadros de confiança com duas coordenações  
780 gerais, haverá três coordenações comuns, coordenação sobre dados e evidências e outra sobre o  
781 observatório. Salientou que é necessário ampliar o quadro, que não tem uma coordenação geral do  
782 Conade, que desde 2007 as pessoas têm direito a um valor de cerca de dois mil reais e que estão  
783 terminando a elaboração de minuta de decreto para operacionalização com uma coordenação geral  
784 de títulos e democracia. Notificou que tem um memorial virtual sobre hanseníase e que se pretende  
785 construir um memorial sobre colônias. Cientificou que ocorrerá a 17ª conferência entre 11 e 13 de  
786 julho em Nova York sobre a convenção e que será aberto um edital, porém o governo não custeará.  
787 Adicionou que haverá uma conferência em Genebra sobre a análise da implementação da avaliação  
788 de deficiência, porém não foram recebidas orientações. Explicou que estão elaborando o relatório  
789 da OEA, com 53 indicadores e nove indicadores mistos. O Conselheiro Geziel Bezerra da Silva  
790 sugeriu enviar um representante para a conferência. A Presidenta Ana Paula Feminella respondeu  
791 que a conferência será em setembro e que o edital está previsto um representante do Conade, porém  
792 o governo não auxilia nos custos. O Conselheiro Joelson Costa Dias asseverou que os eventos são  
793 transmitidos e afirmou que estará presente. O Conselheiro Décio Gomes Santiago citou como  
794 encaminhamentos que o assunto sobre o tema do aplicativo da Justiça eleitoral seja enviado para a  
795 comissão de monitoramento, que o Tribunal de Justiça e a Secretaria de Modernização e Gestão

796 Estratégica encaminhem um ofício para que o Conade participe para garantir a acessibilidade. Foi  
797 proposto a convocação do denunciante, que apresentou dificuldade de acesso ao cadastro do  
798 aplicativo para verificar a deliberação na próxima reunião sobre o assunto. O Conselheiro Geziel  
799 Bezerra da Silva salientou a importância do quórum e da pontualidade. O Conselheiro Magno Prado  
800 Gama Prates concordou, e ressaltou a importância do intérprete de libras. **ENCERRAMENTO**  
801 **10/04/2024:** Feitos os agradecimentos e não havendo mais nenhum item a ser tratado a Presidenta  
802 Ana Paula Feminella agradeceu a presença de todos e encerrou a 137ª Reunião Ordinária do  
803 CONADE.

804

805

806

807

808

809

**Ana Paula Feminella**

810

**Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE**

811

812

813

814

815

Abril de 2024